

A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

*LA EXPERIENCIA DE LA UNIVERSIDAD ESTADUAL PAULISTA EN SÃO JOSÉ DO RIO
PRETO PARA LA IMPLEMENTACIÓN DE LA CURRICULARIZACIÓN DE LA EXTENSIÓN*

*THE EXPERIENCE OF SÃO PAULO STATE UNIVERSITY IN SÃO JOSÉ DO RIO PRETO FOR
THE IMPLEMENTATION OF THE CURRICULARIZATION OF UNIVERSITY EXTENSION*

*L'EXPÉRIENCE DE L'UNIVERSITÉ D'ÉTAT PAULISTA À SÃO JOSÉ DO RIO PRETO DANS LA
MISE EN OEUVRE DE L'EXTENSION DES PROGRAMMES D'ENSEIGNEMENT*

Ana Maria Klein* 



Silvana Fernandes Lopes** 

Luciana Aparecida Nogueira da Cruz*** 

Introdução

O pesquisador Jacques Marcovitch (2023) em seu projeto de pesquisa intitulado *Indicadores centrados na sociedade para o desempenho de universidades públicas* parte da constatação de que:

A conexão entre universidade e sociedade tem se intensificado nos últimos anos devido à massificação e expansão do acesso ao ensino superior, aumentando a sofisticação econômica que leva a universidade a assumir protagonismo na criação das bases para uma economia fundamentada em conhecimento. Mais recentemente, observa-se na sociedade um processo de crescente conscientização às frequentes crises ambientais, políticas e de saúde que têm aflijido o país. O momento histórico demanda maior interação entre universidade e sociedade (Marcovitch, 2023).

* Universidade Estadual Paulista – Unesp.

** Universidade Estadual Paulista – Unesp.

*** Universidade Estadual Paulista – Unesp.

A necessária conexão mencionada pelo pesquisador pode encontrar na extensão um caminho que viabiliza o diálogo entre a sociedade e os diferentes setores que a constituem. A Resolução no 7/2018 MEC/CNE/CES (Brasil, 2018) institui as Diretrizes para a Curricularização da Extensão Universitária. O artigo 5º do referido documento define as bases para a prática da extensão universitária, destacando no primeiro item a interação dialógica entre a comunidade acadêmica e a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas.

No contexto da ampla discussão sobre extensão universitária no país, este artigo tem como objetivo apresentar a experiência de curricularização da extensão na Universidade Estadual Paulista (Unesp) do campus de São José do Rio Preto, São Paulo.

Uma breve contextualização da extensão universitária

A universidade tem como base um tripé constituído por ensino, pesquisa e extensão. O ensino foi a primeira grande missão dessa instituição, desde o seu início no século XI, com a Universidade de Bolonha. No século XIX, em 1810, emerge a pesquisa como, também, missão da universidade (Audy, 2017). A união do ensino, pesquisa e a liberdade acadêmica dão origem ao modelo Humboldtiano de universidade. Para Humboldt, cabe ao Estado a garantia da liberdade de ensinar e aprender, estando a universidade livre das pressões de outros setores, como a igreja, categorias profissionais, etc (Silveira; Bianchetti, 2016 *apud* Serva, 2020, p. 29).

A extensão é o último pilar incorporado ao tripé e surge na Inglaterra, na Universidade de Cambridge, em 1871, associada à ideia de Educação Contínua destinada à população adulta que não se encontrava na universidade. Na mesma época, as atividades de extensão estão presentes na Universidade de Oxford, voltadas para os bolsões de pobreza.

Nos Estados Unidos há registros de ações nas Universidades de Chicago, em 1892, de Wisconsin, em 1903, e nos Land Grant Colleges que, em parceria com órgãos do Governo Federal, levavam assistência aos agricultores (Nogueira, 2013, p. 32).

No Brasil, o primeiro registro oficial sobre extensão é identificado no Estatuto das Universidades Brasileiras (Brasil, 1931) e sua obrigatoriedade acontece em 1968 determinando-se que cursos e serviços especiais sejam estendidos à comunidade (Medeiros, 2017, p. 10).

A história da extensão no Brasil passou por diferentes períodos. Na tese de doutorado de Serva (2020), a autora afirma que esse percurso indica que a extensão universitária nasce no berço do movimento estudantil.

Este percurso da história da extensão universitária indica que no Brasil, diferentemente dos demais pilares do tripé acadêmico, a extensão foi uma construção advinda de demandas dos próprios alunos que na prática estavam vivenciando um momento de repressão e desprestígio, sendo ignorados pela universidade (Serva, 2020, p. 15).

Nogueira (2013, p. 34) retoma esse percurso histórico e identifica a atuação da UNE na proposição de que os estudantes desenvolvessem ações voltadas para as classes trabalhadoras em meio urbano e rural. A extensão teria como missão a oferta de cursos, alfabetização, assistência médica, odontológica, técnica e jurídica. Segundo a autora, esta proposta de atuação conjunta de estudantes de diferentes áreas profissionais semeia a interdisciplinaridade acadêmica.

Nogueira (2013, p. 29), citando Paula (2013), analisa a extensão como uma das ações do tripé universitário que encontra maior dificuldade em ser assimilada pelas instituições acadêmicas, em parte pela sua natureza interdisciplinar, por ser externa às salas de aula e aos laboratórios e em parte por atender à demandas por conhecimento e informação de um público amplo, difuso e heterogêneo.

A necessidade de uma política de extensão institucionalizada gera o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criado em novembro de 1987 com a finalidade de elaborar e coordenar a política de extensão. Até então, a extensão não contava com diretrizes comuns às Instituições de Ensino, cada universidade estruturava e desenvolvia as ações à sua maneira. Planos e um novo Fórum foram constituídos ao longo da história da extensão universitária. Optamos por destacar este primeiro movimento de criação de políticas de institucionalização da extensão e dar um salto no tempo, a fim de adentrarmos na especificidade deste artigo: política de curricularização da extensão.

Um passo importante para a extensão universitária inserir-se de maneira efetiva no currículo dos cursos de graduação, articulando-se com o ensino, foi dado pelo Conselho Nacional de Educação, CNE, ao promulgar Diretrizes para a Curricularização da Extensão Universitária (Brasil, 2018). Estas diretrizes passam a ser parte dos currículos de cursos de graduação por meio da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Superior (CES).

As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira devem ser implementadas em todas as modalidades dos cursos de graduação. Quando os cursos forem ofertados na modalidade à distância, as atividades de extensão devem ser realizadas presencialmente, em região compatível com o polo de apoio presencial no qual o estudante esteja matriculado.

Com essas diretrizes, o conceito de sala de aula amplia-se, transcendendo o espaço físico interno à instituição. A sala de aula projeta-se para além dos muros das universidades e o processo ensino e aprendizagem incorpora, além da relação estudante-professor, um novo protagonista: a comunidade que passa a fazer parte destas relações. Os três protagonizam uma relação de troca com a participação ativa, ou seja, estudante e comunidade não são simplesmente depositários, beneficiários ou receptores, são sujeitos no processo. Partindo desta concepção dinâmica e complementar, as Diretrizes para a Curricularização da Extensão, vislumbram a possibilidade da concretização prática do vínculo indissociável de ensino-pesquisa e extensão, presente em todos os planos diretores de universidades, mas nem sempre concretizados em suas atuações. Essa possibilidade é destacada pelas Diretrizes.

Assim, no âmbito da pesquisa, ensino e extensão, o princípio da indissociabilidade inaugura possibilidades importantes na trajetória acadêmica do estudante e do professor. Na relação entre a extensão e a pesquisa, abrem-se, portanto, múltiplas possibilidades de articulação com as instituições de ensino e a sociedade. Visando à produção de conhecimento, a extensão universitária sustenta-se principalmente em metodologias participativas, no formato investigação/ação (ou pesquisa- PROCESSO Nº 23001.000134/2017-72 10 Gilberto Garcia e outros – 0134 ação), que priorizam métodos de análise inovadores, isto é, a participação dos atores sociais e do diálogo (Brasil, 2018, p. 9-10).

A incorporação da comunidade como sujeito participante no processo ensino-aprendizagem abre a possibilidade de um currículo de cursos de gra-

duação sensíveis à realidade, dito de outra forma, uma formação acadêmica aplicada à contextos reais e concretos da comunidade. A extensão possibilita a produção e a aplicação do conhecimento e ao mesmo tempo, a contribuição para o ensino, na medida em que os conteúdos acadêmicos podem ser articulados à realidade, resultando em conhecimento e imprimindo qualidade na formação do estudante. Temos, assim, um processo formativo interdisciplinar e transdisciplinar que pode contribuir para a ampliação de referências e desencadear reflexões sobre temas necessários à vida e à convivência social. Trata-se de uma via de mão dupla que possibilita à comunidade acadêmica e à população externa articularem-se no processo de produção, divulgação e aplicação do conhecimento.

Como mencionado anteriormente, o artigo 5º da resolução que institui as Diretrizes (Brasil, 2018), ao definir as bases para a prática da extensão universitária, evidencia a interação dialógica entre a comunidade acadêmica e a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas. A interação dialógica baseia-se na consideração do outro, ou seja, no respeito, na escuta e no reconhecimento de que existem diferentes tipos de conhecimento.

Paulo Freire no livro Extensão ou Comunicação? (2001) destaca que a ação extensionista não pode se caracterizar como uma entrega de saber daqueles que sabem para aqueles que não sabem. A extensão enquanto interação dialógica se constrói na comunicação que se realiza pela mútua compreensão entre os sujeitos envolvidos e dos significados que cada um atribui ao objeto do conhecimento.

Gimenez e Bonacelli (2020, p. 14) destacam a importância da participação para os processos de construção social do conhecimento, na medida em que envolvem cooperação, interação e intercâmbio de ideias, sem os quais não se estabelece um diálogo.

Na perspectiva dos compromissos éticos da universidade pública com a sociedade, a extensão concretiza a sua responsabilidade social. Uma instituição que se sustenta com o dinheiro público tem o dever ético de contribuir e atuar visando o bem comum, o desenvolvimento humano e a valorização de saberes não acadêmicos; um compromisso com a transformação social, com a justiça e com a equidade.

Isso posto, cabe apresentar as bases que sustentam a curricularização da extensão. As Diretrizes para a Curricularização da Extensão Universitária (Brasil, 2018) afirmam a necessidade das atividades extensionistas terem um projeto pedagógico que explice três elementos essenciais: (i) a designação do professor orientador; (ii) os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; (iii) a metodologia de avaliação da participação do estudante (Brasil, 2018, p. 10).

Ainda, segundo este documento, espera-se que as atividades extensionistas expressem as seguintes características: (i) privilegiar as questões sobre as quais se deve atuar, sem, no entanto, desconsiderar a complexidade e a diversidade da realidade social; (ii) abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre os quais incide; (iii) efetividade na solução do problema (Brasil, 2018, p. 11).

As Diretrizes (p. 16) apontam, também, a desejabilidade da parceria entre instituições de ensino superior visando a oferta de programas extensionistas interinstitucionais, estimulando a mobilidade de estudantes e docentes.

A extensão universitária na Unesp: a experiência de São José do Rio Preto

A Unesp é uma universidade pública, laica e gratuita que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão em todas as grandes áreas do conhecimento. Presente em 24 cidades do estado de São Paulo, com 34 unidades universitárias, conta com 136 cursos de graduação e 139 programas de pós-graduação.

A presença das Unidades Universitárias distribuídas em todo o Estado de São Paulo favorece o acesso da população das regiões interioranas, uma vez que as demais universidades públicas do estado localizam-se nas capitais e cidades maiores. A Unesp é feita por 3.233 servidores/as docentes, 5.427 servidores/as técnico-administrativos, 37.236 estudantes de graduação e 12.815 estudantes de pós-graduação.

A curricularização da extensão universitária na Unesp foi estabelecida pela Resolução Unesp nº 41, de 31 de agosto de 2021. Esta resolução vi-

sou atender ao previsto na Meta 12.7 da Lei 13.005-2014 – Plano Nacional de Educação 2014-2024 –, regulamentada pela Resolução CNE/CES 7-2018, que trata da creditação da Extensão Universitária; bem como os princípios norteadores presentes na Política Nacional de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras, da qual a Unesp é signatária, e considera que a curricularização da Extensão Universitária deve orientar-se para áreas de grande pertinência social.

A Resolução Unesp nº 41/2021 exigiu a alteração ou reestruturação dos projetos político-pedagógicos de todos os cursos de graduação da Unesp, reservando um espaço importante das suas matrizes curriculares, no mínimo 10% da carga horária total, para atividades diretamente relacionadas com a sociedade, objetivando a sua transformação.

Artigo 5º - São consideradas Atividades Curriculares de Extensão Universitária as intervenções que envolvam diretamente outros setores da sociedade externos às Instituições de Ensino Superior e que estejam vinculadas à formação dos estudantes, nos termos da legislação vigente (Universidade Estadual Paulista, 2021).

Para tal, entre as diretrizes gerais constantes nesta resolução, destaca-se a orientação de que as atividades curriculares de extensão devem estar relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Artigo 1º - A Curricularização da Extensão Universitária é o processo de inserção de atividades de extensão universitária na matriz curricular dos cursos de Graduação, na forma de componente curricular, compreendido como o conjunto de atividades formativas que articulem ensino, pesquisa e extensão, de natureza dialógica, interdisciplinar e interprofissional, que possibilitem a geração e o compartilhamento de conhecimentos científicos e tecnológicos e a imersão real do graduando na sociedade.

§1º - As Atividades Curriculares de Extensão Universitária devem ser realizadas para e com os outros setores da sociedade e propiciar uma formação mais humana, crítica e ética dos estudantes, voltada ao enfrentamento de questões relevantes, especialmente dos movimentos sociais e das instituições públicas, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, social, cultural, econômico e sustentável.

§2º - O conjunto de Atividades Curriculares de Extensão Universitária deve propiciar ao graduando a possibilidade de apreender melhor e refletir sobre a dinâmica social na qual está inserido, a partir de todo seu arcabouço de co-

nhecimentos, buscando elaborar e implementar ações que contribuam para a transformação da sociedade e para a sua própria transformação enquanto ser humano (Universidade Estadual Paulista, 2021).

O campus de São José do Rio Preto, local desta experiência, oferece nove cursos de graduação nas três grandes áreas do conhecimento.

Embora a forma de creditação das atividades de curricularização da extensão tenha respeitado a natureza e as características de cada um dos cursos, propusemos um programa geral que pudesse orientar coletivamente as ações extensionistas no campus – o Programa *Educação, Ciência e Sociedade*. Importante destacar que as Diretrizes (Brasil, 2018) definem em seu artigo 8º as modalidades de extensão: programa, projeto, curso e oficina, evento, prestação de serviços. O programa é o conjunto articulado de projetos e demais ações (cursos, eventos e oficinas).

A curricularização da extensão impulsionou a ação articulada entre os cursos do Câmpus, visando à elaboração de um programa amplo e diverso, capaz de promover uma formação de qualidade e sensível aos desafios sociais contemporâneos.

Dessa forma, seria possível promover a integração dos estudantes de áreas e cursos diferentes e, assim, enriquecer sua formação, além de ofertar à comunidade externa diferentes ações extensionistas voltadas à educação, saúde, meio ambiente e bem-estar.

A diversidade de ações propostas e a amplitude de grupos da sociedade atendidos possibilitaram desenvolver os seguintes aspectos:

- (i) Aos estudantes da graduação envolvidos nas atividades extensionistas, o desenvolvimento e a ampliação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, na medida em que estão previstas ações de intervenção social em realidades específicas e diversificadas; e
- (ii) Às comunidades locais, beneficiarem-se dessas ações e estabelecerem uma relação dialógica mais próxima com a Universidade e com o conhecimento técnico e científico por ela gerado. Ao estabelecer esse tipo de diálogo e troca de conhecimentos, cumpre-se o papel extensionista da Universidade.

Os objetivos do Programa podem ser assim sintetizados:

- (i) Propiciar aos estudantes da graduação a aquisição de novos conhecimentos e sua inserção na realidade social imediata por meio da curricularização de atividades de extensão universitária;
- (ii) Desenvolver ações extensionistas voltadas à educação, saúde, meio ambiente e bem-estar da comunidade externa;
- (iii) Promover a aplicação de conhecimentos acadêmicos e técnico-científicos articulados com populações e realidades sociais por meio de ações de extensão;
- (iv) Promover a interação da Universidade e do conhecimento nela produzido com a comunidade externa.

O Programa e suas ações assumiram como público-alvo estudantes da educação básica, estudantes e/ou egressos de escolas públicas em fase pré-vestibular, população em situação de vulnerabilidade social, população assistida pela assistência social do município, adolescentes em cumprimentos de medidas socioeducativas em meio aberto, assim como professores da educação básica, assistentes sociais, representantes de diretorias, secretarias e coordenadorias de ensino, agricultura, abastecimento e meio ambiente.

Esse Programa compreende 38 ações, desenvolvidas por meio de atividades de extensão diversificadas, abrangendo nove cursos de graduação, distribuídos em modalidade bacharelado e licenciatura e em períodos de oferecimento integral e noturno (Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Engenharia de Alimentos, Física, Letras, Matemática, Pedagogia). Essa integração favorece a troca entre o conhecimento acadêmico e o saber popular, contribuindo para a formação dos estudantes, para a transformação socioeconômica e para a consecução do compromisso social e ambiental da Universidade com a sociedade.

As ações desenvolvidas pelo Programa *Educação, Ciência e Sociedade* são as seguintes:

- Alfabetização digital de jovens e adultos
- Alicerce matemático: preparo para o profissional

- Apoio ao ensino e divulgação de física
- As duas faces da indústria de alimentos: aspectos positivos e negativos, mitos e verdades
- Astronomia para todos
- Capacitação de manipuladores e produtores rurais de alimentos para o desenvolvimento de produtos de origem vegetal e animal
- Capacitação de produtores de alimentos quanto às boas práticas de manipulação
- Coral percussivo Banduka
- Cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto por ações de aprendizagem serviço e de socioeducação
- Cursinho pré-vestibular do Centro Cultural Vasco
- Desvendando a matemática nos problemas do cotidiano
- Direitos humanos em contextos formais e não formais de educação
- Divulgando ciências: da academia para a sociedade
- E ai?! Educação para a saúde: lidando com as vulnerabilidades da adolescência
- Educação financeira na terceira idade
- Educação financeira no ensino fundamental II e médio
- Educação financeira para jovens e adultos
- Educação nutricional para crianças do Centro de Convivência Infantil do Ibilce/Unesp e Associação Anjo da Guarda
- Educação para o trânsito
- Ensino sobre rotulagem de alimentos para jovens
- Fazendo física
- Gramática e redação para vestibulares e concursos
- Implementação de processamentos alternativos de alimentos provenientes da agricultura familiar
- Incubadora de cientistas

- Layouts de setores alimentícios do município
- Letramento digital
- Matemática para todos
- Mulheres no plural
- Museu didático de História Natural
- Olimpíada de matemática de Rio Preto (OMRP)
- Pensamento computacional e programação de computadores
- Português língua estrangeira
- Postura ativa frente à causa ambiental (PACA): educação socioambiental em parceria com a assistência social
- Resgate da cultura alimentar e aproveitamento total de alimentos
- Teletandem: aprendizagem intercultural de língua estrangeira
- Universidade no Bosque
- Você conhece a Represa?
- Você sabia? Conversas sobre línguas, literaturas e culturas estrangeiras

Do ponto de vista da avaliação das ações desenvolvidas, o Programa pressupõe, como objetivo central, mensurar a importância e os impactos que as ações desenvolvidas tiveram para os estudantes e para a comunidade externa.

Como qualquer avaliação, é essencial para o planejamento de novas ações ou da reedição daquelas desenvolvidas. Outro ponto fundamental é que os indicadores utilizados para a avaliação permitirão divulgar à sociedade, por meio de dados consolidados, as ações que incidem diretamente sobre a sociedade, visando ao desenvolvimento dos ODS em diferentes contextos.

A comunicação com a sociedade, tornando mais perceptível e compreensível a diferentes públicos aquilo que é desenvolvido nas universidades, é um dos grandes desafios que a academia enfrenta, e certamente tanto as ações desenvolvidas como os dados resultantes delas irão contribuir particularmente para a maior visibilidade das ações desenvolvidas e, de maneira mais geral, para a comunicação da UNESP com a sociedade.

A avaliação se desenvolve por meio de dois eixos:

1. Percepção dos estudantes sobre o impacto das ações desenvolvidas na sua formação acadêmica e cidadã.
2. Percepção da comunidade/população externa envolvida sobre a importância das ações.

As avaliações que são respondidas pelos estudantes consistem em três momentos distintos:

1. Levantamento inicial de expectativas dos estudantes de graduação em relação à participação na ação que escolheram (se matricularam) – levantamento prévio
2. Relatório parcial, dois meses após o início das ações, visando a detectar os desafios e possibilidades encontradas no trabalho, possibilitando, assim, que o/a orientador/a faça ajustes no planejamento inicial.
3. Questionário final, no qual o estudante deve avaliar o quanto a ação desenvolvida contribuiu para sua formação.

A avaliação respondida pela população externa é composta por um questionário no final do desenvolvimento da ação.

Essa avaliação integra o conjunto de objetivos da ação e conta com a participação ativa dos estudantes da graduação na aplicação do questionário e na análise dos resultados.

O Programa está em fase inicial de implementação e ainda não contamos com os dados das avaliações.

Nessa etapa, as principais dificuldades que temos enfrentado relacionam-se à falta de familiaridade dos estudantes dos anos iniciais com a estrutura universitária, e com isso, a sua compreensão sobre ensino, pesquisa e extensão vem se dando à medida que realizam as atividades. Outro ponto complexo é a integração de sistemas de matrículas e notas, uma vez que a graduação conta com um sistema de gestão e a extensão com outro. Assim, têm sido necessários ajustes nos sistemas e instruções muito precisas aos estudantes sobre a matrícula na graduação e a posterior inscrição na extensão.

Com essas dificuldades inerentes ao processo de adequação da universidade com a curricularização da extensão, a atuação do coordenador de curso e do coordenador do Programa têm sido essenciais para a orientação aos estudantes .

Considerações finais

As Diretrizes para a Curricularização da Extensão Universitária podem ser consideradas um marco para a efetiva valorização e incorporação da extensão às atividades acadêmicas. Assim como a pesquisa faz parte da formação acadêmica, a extensão como compromisso social da universidade com a sociedade passa a fazer parte de maneira efetiva, vinculada ao currículo do curso de graduação.

A Unesp de São José do Rio Preto, ao formular um programa de extensão com diferentes ações, criou a possibilidade da interação de estudantes de diferentes cursos em um mesmo projeto e por vezes em área do conhecimento distinta daquela na qual seu curso se insere. Esse tipo de experiência favorece a interdisciplinaridade, uma vez que são olhares advindos de diferentes cursos e áreas do conhecimento e, ao mesmo tempo, a transdisciplinaridade, ao transcender os limites do conhecimento disciplinar e acadêmico e relacionar-se com contextos reais e problemas concretos.

Outro ponto importante é a abertura da Universidade às demandas sociais por meio do diálogo constante sobre os problemas das comunidades, sobretudo com aquelas que mais sofrem com a desigualdade e exclusão social. Deste processo dialógico emerge a necessidade da conscientização ambiental e de intervenções de proteção ao meio ambiente, a importância do desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que abrangem desde uma língua estrangeira até ações que podem contribuir para a geração de renda e educação financeira, passando pela questão alimentar e boas práticas relacionadas à mesma. Enfim, a Universidade, seus estudantes e docentes têm muito a contribuir com a sociedade e, ao mesmo tempo, recebem muito em troca, ao aprender com saberes não acadêmicos, ao ter a possibilidade de desenvolver uma prática reflexiva que parte da problematização da realidade, busca conhecimentos formais, desenvolve ações e reflexões e gera novos conhecimentos a partir destas trocas e processos.

Ao encerrarmos a escrita deste artigo, recebemos a divulgação de que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação, concederá bolsas de iniciação à extensão (IEXT) para estudantes de graduação. O objetivo é induzir uma formação qualificada e voltada para atividades do tripé acadêmico - ensino, pesquisa e extensão - já com olhar para a continuidade na pós-graduação stricto sensu, em cursos de mestrado e doutorado, e a maior interação com a sociedade.

E assim, finalmente, a extensão parece dispor de mecanismos e políticas educacionais que lhe permita alcançar o mesmo prestígio que o ensino e a pesquisa na Universidade. Receber financiamento é o reconhecimento concreto da relevância dessas ações para a formação dos estudantes e, sobretudo, para a atuação sensível e dinâmica entre universidade e sociedade. Teremos, assim, uma universidade para todos e não apenas para aqueles que estão dentro dela.

A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Resumo: A extensão foi o terceiro pilar incorporado ao conceito de Universidade. Em 2018, o Ministério da Educação promulgou as Diretrizes para a Curricularização da Extensão, dando um passo decisivo para a efetiva incorporação da extensão ao currículo dos cursos de graduação. O artigo apresenta a experiência de curricularização da extensão desenvolvida pela Universidade Estadual Paulista de São José do Rio Preto por meio da implementação de um programa que reúne 38 ações extensionistas que abrangem todas as áreas do conhecimento e envolvem diferentes públicos. A experiência tem proporcionado a interação de estudantes de diferentes cursos e áreas do conhecimento, o diálogo com saberes não acadêmicos e uma prática reflexiva que parte da problematização da realidade. Sob a perspectiva dos compromissos da universidade com a sociedade, ampliam-se as interações e o reconhecimento social da importância desta abertura institucional às demandas e problemas da sociedade.

Palavras-chave: Curricularização da Extensão Universitária; Ensino Superior; Relato de Experiência.

LA EXPERIENCIA DE LA UNIVERSIDAD ESTADUAL PAULISTA EN SÃO JOSÉ DO RIO PRETO PARA LA IMPLEMENTACIÓN DE LA CURRICULARIZACIÓN DE LA EXTENSIÓN

Resumen: La extensión fue el tercer pilar incorporado al concepto de Universidad. En 2018, el Ministerio de Educación promulgó los lineamientos para la curricularización de la extensión, dando un paso decisivo hacia la incorporación efectiva de la extensión en el currículo de estudios de los programas de grado. El artículo presenta la experiencia de curricularización de la extensión desarrollada en la Universidad Estadual Paulista de São José do Rio Preto a través de la implementación de un programa que reúne 38 acciones de extensión que cubren todas las áreas del conocimiento e involucran a diferentes públicos. La experiencia ha proporcionado

interacción entre estudiantes de diferentes carreras y áreas del conocimiento, diálogo con saberes no académicos y una práctica reflexiva que parte de la problematización de la realidad. Desde la perspectiva de los compromisos de la universidad con la sociedad, aumentan las interacciones y el reconocimiento social de la importancia de esta apertura institucional a las demandas y problemas de la sociedad.

Palabras clave: Currículo de la extensión universitaria; Enseñanza superior; Informe de experiencia.

THE EXPERIENCE OF SÃO PAULO STATE UNIVERSITY IN SÃO JOSÉ DO RIO PRETO FOR THE IMPLEMENTATION OF THE CURRICULARIZATION OF UNIVERSITY EXTENSION

Abstract: Extension was the third pillar incorporated into the University concept. In 2018, the Ministry of Education promulgated the Guidelines for the Curricularization of Extension, taking a decisive step towards the effective incorporation of extension into the curriculum of undergraduate courses. The article presents the extension curricularization experience developed by the São Paulo State University in São José do Rio Preto through the implementation of a program that brings together 38 extension actions that cover all areas of knowledge and involve different audiences. The experience has provided interaction between students from different courses and areas of knowledge, dialogue with non-academic knowledge and a reflective practice that starts from the problematization of reality. From the perspective of the university's commitments to society, interactions and social recognition of the importance of this institutional openness to society's demands and problems increase.

Keywords: University Extension Curriculum; University education; Experience report.

SOBRE AS AUTORAS

Ana Maria Klein

Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos da Universidade Estadual Paulista - Unesp, campus de São José do Rio Preto. E-mail: ana.klein@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0004-1908>.

Silvana Fernandes Lopes

Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista - Unesp, campus de São José do Rio Preto. E-mail: sf.lopes@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3110-4315>.

Luciana Aparecida Nogueira da Cruz

Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos da Universidade Estadual Paulista - Unesp, campus de São José do Rio Preto. E-mail: luciana.cruz@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3931-1060>.

Referências

AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 75-87, maio 2017.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil observados os dispositivos do Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, p. 5800, 15 abr. 1931. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em: 22 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 608/2018**, Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: Extensão na Educação Superior Brasileira - Ministério da Educação (mec.gov.br). Acesso em: 22 mar. 2024

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GIMENEZ, Ana Maria Nunes; BONACELLI , Maria Beatriz Machado. Vinculação com o entorno socioeconômico a partir da integração ensino-extensão: por uma universidade socialmente relevante. **Revista Internacional de Extensão da UNICAMP**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 3-18, 2020. DOI: 10.20396/ijoce.v1i1.13919. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ijoce/article/view/13919>. Acesso em: 28 mar. 2024.

MARCOVITCH, Jacques. Indicadores centrados na sociedade para o desempenho de universidades públicas. Resumo do Projeto de Pesquisa. Biblioteca Virtual da Fapesp, 2023. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/113391/indicadores-centrados-na-sociedade-para-o-desempenho-de-universidades-publicas/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

MEDEIROS, Márcia Maria de. A extensão universitária no Brasil - um percurso histórico. **Barbaquá**, [S. I.], v. 1, n. 1, p. 9-16, 2017. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/barbaqua/article/view/1447>. Acesso em: 14 mar. 2024.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Avaliação da Extensão Universitária:** práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFGM, 2013.

SERVA, Fernanda Mesquita. **Educação Superior no Brasil:** um estudo sobre a política de curricularização da extensão universitária. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Resolução Unesp n. 41, de 31 de agosto de 2021**. São Paulo: UNESP, 2021.

The Creative Commons License in Revista InterMeio

CC BY-NC-SA: This license allows reusers to distribute, remix, adapt, and build upon the material in any medium or format for non-commercial purposes only, and only so long as attribution is given to the creator. If you remix, adapt or build upon the material, you must license the modified material under identical terms.

CC BY-NC-SA includes the following elements: • BY: Credit must be given to the creator; • NC: Only noncommercial uses of the work are permitted; • SA: Adaptations must be shared under the same terms.